

## A Legitimação das Redes Sociais como Fonte para o Jornalismo sob a Perspectiva dos Códigos Padrões de Narração<sup>1</sup>

*Eliza Bachega CASADEP*

### Resumo

A partir do estudo dos noticiários, é possível perceber um aumento sensível e progressivo no número de reportagens que utilizam as redes sociais como fonte para a composição das notícias nos últimos anos. O presente artigo busca discutir justamente esse processo de legitimação das redes sociais como fontes autorizadas a partir da perspectiva dos códigos padrões de narração historicamente marcados que os jornalistas utilizam para contar as suas histórias, em um entrecruzamento entre as ideias de Michel de Certeau, Paul Ricoeur e Roland Barthes. Estudaremos a noção de que esse aumento se deve a um reposicionamento dos valores jornalísticos em voga (que colocam essas fontes dentro das fronteiras do aceitável) e tem consequências visíveis na escrita e na estruturação do relato jornalístico enquanto técnica enunciativa.

**Palavras-Chave:** Reportagem; Narrativa; Redes Sociais; Fontes; Legitimação.

### Abstract

From the study of the news, it is possible to notice a substantial and progressive increase in the number of reports that use social networks as a source for the composition of the news in recent years. This paper discusses precisely this process of legitimation of social networks as an authorized source for journalists from the perspective of the standards narration codes historically marked that journalists use to tell their stories, in a crossover between the ideas of Michel de Certeau, Paul Ricoeur and Roland Barthes. We will study the notion that this increase is due to a repositioning of journalistic values in vogue (who put those sources within the boundaries of acceptable) and has visible consequences in the writing and structuring of journalistic report as an enunciative technical.

**Keywords:** Reporting; Narrative; Social Networks; Sources; Legitimation.

### Introdução

No dia 5 de julho de 2012, o Portal de Notícias G1 publicou uma notícia intitulada “Cientistas são criticados por uso de Comic Sans em anúncio de partícula”. A reportagem, publicada também em diversos periódicos do mundo, tais como *The Guardian* e *Huffington Post*, tinha como pauta a reação dos internautas nas redes sociais diante do arquivo de Power

1 Trabalho apresentado à quinta edição da Revista Ação Midiática – Estudos em Comunicação, Sociedade e Cultura, publicação ligada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação, da Universidade Federal do Paraná.

2 Doutora em Ciências da Comunicação pela Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (ECA-USP) e professora da Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (FAAC-UNESP). Mestre em Ciências da Comunicação e bacharel em jornalismo pela ECA-USP. Email: elizacasadei@yahoo.com.br.

Point utilizado pelos cientistas que anunciavam a primeira observação do Bóson de Higgs. Segundo a reportagem: “na web, os cientistas (...) despertaram uma crítica inusitada: os internautas criticaram o uso da fonte Comic Sans para compor os slides usados no anúncio”. A notícia sobre uma das mais importantes descobertas científicas dos últimos anos destacava, ainda, uma série de comentários feitos por usuários do Twitter, avaliando a questão, como no trecho: “É apropriado usar Comic Sans se você não tem bom gosto. Usar Comic Sans (exceto em quadrinhos) é como fazer física usando unidade imperial”, afirmou Alastair Houghton, dono do @alastairh no Twitter, em referência à unidade inglesa de medidas obsoleta” (G1, 05/07/2012).

O uso de fontes provenientes das redes sociais como matéria-prima para a composição de notícias está longe de ser um fenômeno isolado. No período entre janeiro e dezembro de 2012, o jornal *Folha de S. Paulo* publicou 377 textos com a expressão “em sua conta no Twitter”, 31 matérias com a expressão “em sua conta no microblog Twitter”, 17 com “publicou no Twitter”, 7 com “publicou no Facebook”, 5 com “postou no Facebook” e 4 com “publicou no Twitter”, em um total de 441 textos que, claramente, continham expressões que denotam o uso das redes sociais como uma fonte autorizada para a composição das notícias.

É interessante, contudo, observarmos a progressão desses números. No mesmo período, no ano de 2011, o jornal publicou 369 textos que continham essas mesmas expressões e, em 2010, 186 textos. No ano anterior, 2009, apenas 21 textos usaram essas expressões no mesmo espectro temporal.

Muito embora o Brasil já fosse o segundo maior país em número de usuários do Twitter desde 2009, com 8,79% do total das contas mundiais (em 2008, o país representava apenas 2%), é possível notar que as redes sociais não chegaram aos noticiários com a mesma velocidade em que elas se espalharam socialmente: houve um processo gradual de legitimação da rede social enquanto uma fonte de informação considerada validada por parte das empresas jornalísticas.

O presente artigo busca discutir justamente esse processo de legitimação das redes sociais como fontes autorizadas para a composição das notícias a partir da perspectiva dos códigos padrões de narração historicamente marcados que os jornalistas utilizam para contar as suas histórias.

A partir de um entrecruzamento entre as ideias de Michel de Certeau, Paul Ricoeur e Roland Barthes, discutiremos a noção de que o jornalismo se constitui enquanto uma atividade técnica ligada a uma cultura profissional que se redesenha ao longo do tempo e, ao fazê-lo, engendra protocolos de escrita e de leitura que irão se articular como virtualidades que se atualizam em textos específicos a partir de um sistema de códigos narrativos socialmente reconhecidos. O processo de legitimação das redes sociais enquanto fontes autorizadas nas notícias faz parte desse processo mais geral: o aumento do número de reportagens recentes

que usam as redes sociais como fonte primária das notícias se deve a um reposicionamento dos valores jornalísticos em voga (que colocam essas fontes dentro das fronteiras do aceitável) e tem consequências visíveis na escrita e na estruturação do relato, que passa a ter que considerar esse elemento ausente nas reportagens escritas até então.

### **Os processos de legitimação das fontes jornalísticas**

O fato de que hoje as redes sociais se apresentem como atores importantes na composição das notícias é inegável. Recuero (2009) aponta três esferas a partir das quais essa relação se estabelece a partir de suas funções específicas, uma vez que as redes sociais podem atuar (1) como fontes primárias para a composição das reportagens; (2) como espaço de apuração para a filtragem das informações, ou (3) como espaço de repercussão do acontecimento noticiado nos canais tradicionais.

Não obstante isso, para Vieira e Cervi (2010, p. 4), a inserção das redes sociais nos mecanismos jornalísticos tradicionais deve ser vista com algum cuidado, uma vez que, muitas vezes, as informações provenientes das redes sociais estão inseridas em processos mais amplos da cobertura jornalística e anteriores ao seu surgimento. Há, portanto, a necessidade de uma revisão crítica dos poderes democratizantes muitas vezes atribuídos à internet. Para os autores, as rotinas tradicionais de trabalho muitas vezes são mantidas e a inserção das redes sociais atua apenas “em uma maior rapidez para acessar dados primários de fontes localizadas em espaços sociais de grande visibilidade, como é o caso dos ocupantes de cargos públicos”. Além disso, “a manutenção das mesmas rotinas dos veículos tradicionais para a produção de notícias, agora apenas incorporando uma nova fonte de informação oficial”, no caso, as redes sociais, “também permite relativizar o potencial poder que o ciberespaço teria para descentralizar as ‘vozes’ da cobertura jornalística” (VIEIRA e CERVI, 2010, p. 4).

Se tomada sob essa perspectiva de revisão crítica, é possível notar que a inserção das redes sociais na produção noticiosa não apenas mantém determinadas rotinas de trabalho e de produção, como, principalmente, fazem parte de um mecanismo mais geral a partir do qual essas rotinas e práticas são legitimadas pelo grupo profissional mais amplo.

Assim como toda nova rotina de produção e de procedimento de trabalho no jornalismo, a inserção das redes sociais como fontes autorizadas também tiveram que passar, necessariamente, por processos graduais de legitimação na esfera profissional mais ampla composta pelos jornalistas. Esse processo de legitimação diz respeito aos modos como cada grupo profissional constrói as suas relações de fiabilidade com uma suposta realidade linguisticamente construída, mas calcada em uma reivindicação de uma referência que se inscreve na *empeiria*, uma vez que o seu material de trabalho são os acontecimentos que efetivamente aconteceram. É esse mecanismo que procuraremos discutir a partir de agora.

Os procedimentos de apuração implicados na atividade jornalística mudaram de forma marcante ao longo de sua história. Até a década de 1940, por exemplo, as reportagens não se preocupavam com o detalhamento biográfico do personagem retratado na matéria ou com a fala das testemunhas. Até a década de 1960, eram raras as reportagens que faziam remissões a dados numéricos ou estatísticos ou mesmo a prognósticos acerca dos temas tratados. Aliás, como nos lembra Lage (2008, p. 9), “a reportagem como atividade” (e, mais do que isso, como conjunto de técnicas) “não existiu ou era irrelevante em 200 dos quase 400 anos da história da imprensa”. Procedimentos como a entrevista ou o calçamento em documentos que buscavam ancorar a referencialidade do dito são técnicas que foram paulatinamente adotadas e que influenciaram, de maneira decisiva, o próprio modo como a notícia era escrita e que, por sua vez, foram mudando ao longo do tempo.

Isso mostra o caráter essencialmente histórico da escrita jornalística – submetida aos procedimentos considerados validados de apuração em cada época. Mostra, ainda, como diferentes provas de verdade foram adotadas (e, posteriormente abandonadas) pela escrita técnica jornalística ao longo de sua história.

O aumento do número de notícias que utilizavam as redes sociais como fonte para a composição narrativa da reportagem está implicado nesse mesmo processo a partir do qual determinados procedimentos passam a ser considerados úteis e são autenticados, enquanto outros caem em obsolescência. Esse processo, a partir do qual as práticas são (ou não são) ratificadas, precisa ser discutido mais pormenorizadamente para que possamos entender as novas fontes implicadas nos mecanismos atuais da produção de notícias.

Ao discutir o estatuto das narrativas referenciais (como o jornalismo), Certeau (2011) coloca que elas não se caracterizam apenas por algo de negativo em relação às narrativas ficcionais, mas também por sua relação com um determinado campo técnico especializado de saber.

Se as narrativas referenciais podem reivindicar para si mesmas algo de verdadeiro, Certeau (2011) nos lembra de que essa qualidade não se apoia tanto na propriedade que elas teriam de “dizer a verdade” na representação, mas sim, por estarem apoiadas em uma instituição social que possui os seus critérios técnicos próprios de verificabilidade que ela pode outorgar a si mesma certa pretensão (de caráter imaginário) que a credencia a dizer algo do real. Cada prática simbólica possui, se preferirmos os termos de Ricoeur (2007), suas próprias matrizes de verdade presumida ligadas a uma instituição social que possui as suas próprias “leis do meio” – são justamente os discursos ligados a essas “leis do meio” que credenciam e respaldam as narrativas produzidas por essas instituições como “referenciais”.

O isolamento em relação ao conjunto social mais amplo – que assume a forma de uma instituição corporativista como, por exemplo, uma disciplina ou uma profissão – permite que

seja feita uma operação que separa um objeto específico, um material próprio, bem como a definição de operações técnicas controláveis que constroem um campo de suposta “objetividade” e “verificabilidade” em relação ao conjunto de discursos mais amplos do corpo social.

Nos termos dessa divisão, o discurso referencial, tal como o jornalismo, é aquele que se distingue do ficcional não apenas a partir do par oposicional realidade/irrealidade, mas sim, enquanto discurso tecnicamente armado para designar o erro – e afetado pelo privilégio suplementar de representar o real.

Essa constatação é importante na medida em que explicita que, no que diz respeito às narrativas referenciais, são os procedimentos técnicos implicados em uma determinada prática que as autoriza a falar em nome do real. Mais do que isso, é “ao estabelecer, de acordo com seus próprios critérios, o gesto que separa os dois discursos”, o ficcional do referencial, que determinada prática simbólica referencial “adquire seu crédito de uma relação com o real” (CERTEAU, 2011, p. 26).

Como nos lembra Chartier (2010, p. 20), as diversas instituições encarregadas dos discursos referenciais “distribuem, de maneira variável conforme a época e o lugar, a hierarquia dos temas, das fontes e das obras”, organizando, com isso, convenções que traçam as fronteiras entre os objetos legítimos e ilegítimos de cada prática. Produzem e organizam, ainda, operações de conhecimento submetidas a técnicas de saber, critérios de validação e regimes de prova – que marcam, imaginariamente, a partilha entre as produções “verdadeiras” e as “falsas”.

Nos termos aludidos por Certeau, portanto, a distinção entre a ficção e os discursos referenciais tem pouca relação com a distinção entre realidade e irrealidade implicada na representação. O espaço do ficcional é aquele que carece de *propreté* técnica – termo em francês que designa tanto “limpeza” quanto um campo técnico de *expertise* “própria”.

O discurso referencial, então, não deve o seu caráter apenas ao referente que aparece na representação (e do qual o discurso se supõe o fiador legítimo), mas sim, ao referencial pressuposto na instituição que o respalda, muito embora isso raramente seja assumido pela própria instituição que organiza essas técnicas e discursos e não apareça explicitamente na representação.

Trata-se de um acordo, sempre provisório e sujeito a tensões de ordens diversas, que delimita quais são os procedimentos que determinada atividade deve seguir para conseguir os seus créditos em relação a uma suposta realidade.

É devido a esses termos, que a atividade jornalística, vista sob essa perspectiva, não podem ser desvinculada de um tripé que se calca em “um lugar social – uma prática – uma escrita”.

O lugar social diz respeito, justamente, a esta organização de valores interna a um grupo profissional que pontua esse *savoir faire* da prática: desde a delimitação das temáticas que

serão privilegiadas como pauta até os procedimentos e métodos de apuração, o preenchimento dos requisitos éticos ou mesmo o próprio trabalho de escrita, o aval do grupo formado pelos outros jornalistas é um dos elementos formadores não só de uma identidade profissional, como também do sistema de referência que compõe a definição de um saber de um grupo.

Nesse sentido, existem os procedimentos que são permitidos e os procedimentos que são negados, as produções textuais que são balizadas e as que são desacreditadas, de forma que essa partilha é menos determinada pela qualidade em si das produções ou pela retidão dos procedimentos, do que pelo conjunto das regras internas do grupo que fazem com que o discurso de um determinado grupo profissional não seja compatível com qualquer coisa. Para que determinado discurso jornalístico seja considerado verdadeiro, ele deve seguir, necessariamente, as pontuações coletivas desenhadas por esse lugar social.

É em correlação a isso que podemos pensar no outro ponto articulador do tripé: a prática. Neste ponto, estamos lidando com a questão de que o jornalismo é mediado por um conjunto de técnicas de apuração que determinam a sua *expertise*. E, também em relação a isso, podemos dizer que a escrita está sempre sobredeterminada pelos métodos de apuração que são adotados e aceitos pelo grupo e que são, por conseguinte, fruto de um acordo historicamente delimitado.

Foi de maneira lenta e irregular que “estabeleceu-se que a informação jornalística deveria reproduzir os dados obtidos com as fontes; que os testemunhos de um fato deveriam ser confrontados uns com os outros (...) e que, nos casos controversos, ouvir porta-vozes dos diferentes interesses em jogo” (LAGE, 2008, p. 18), mudando a partilha dos saberes compartilhados pelo grupo e, decisivamente, o modo como a estrutura da escrita e da narração da notícia estavam desenhadas ao longo da história.

A prática jornalística, assim como todas as práticas mediadoras de representações sociais, “se define inteiramente por uma relação da linguagem com o corpo (social) e, portanto, também pela sua relação com os limites que o corpo impõe” (CERTEAU, 2008, p. 77).

E, em termos gerais, isso significa, que a *mise en scène* escriturária trazida pelo jornalismo enquanto representação dos fatos do cotidiano não pode ser considerada jornalística a menos que ela se articule a um lugar social ligado às práticas profissionais (e seus mecanismos de legitimação) e esteja institucional e tecnicamente vinculada a um saber prático específico que delimita modos de ação e uma *expertise* técnica – condições estas que são historicamente marcadas e perecíveis.

Como os três elementos do tripé proposto por Certeau (lugar social – prática – escrita) se sobredeterminam, as mudanças nos códigos profissionais de conduta e de entendimento estão vinculadas a alterações na própria escrita ou, mais precisamente, nos códigos de narração, uma vez que eles próprios dizem respeito a um saber narrar que é compartilhado entre os profissionais da área.

O mecanismo exposto por Certeau fornece um modelo teórico interessante para pensarmos nos processos de legitimação das redes sociais como fontes para o jornalismo. Se, em um primeiro momento, as fontes provenientes das redes sociais apareciam de maneira tímida nas reportagens, isso pode ser explicado pelo fato de que houve um lapso de tempo até que o seu uso fosse considerado como um meio validado para a apuração de notícias.

As redes sociais apenas emergem como atores socialmente relevantes na composição das notícias após esse processo de legitimação de um grupo profissional mais amplo composto pelos jornalistas, que passam a considerá-las como fontes válidas de informação e um procedimento legitimado de trabalho e de apuração. É após esse processo de legitimação que ela ganha uma espécie de crédito em relação a um real, atuando, na narrativa jornalística, enquanto um efeito de realidade socialmente balizado (e historicamente delimitado).

Há, no entanto, um segundo mecanismo que deve ser levado em consideração e que, desta vez, envolve os procedimentos de escrita. Se essa *expertise* técnica aloca o jornalismo no campo das narrativas referenciais (de acordo com seus próprios critérios) e garante certa coerência e padronização nas produções textuais (em seus acordos provisórios e historicamente marcados), um outro aspecto importante a ser discutido é o modo como esses procedimentos, uma vez validados, se organizam na produção textual.

Ora, que a narrativa possa ser definida como o “relato de uma transformação, a passagem de um estado inicial para o final” (GOMES, 2000, p. 49) e cuja urdidura se ordene a partir de modelos de sistemas virtuais compostos por subclasses postas em relação que se repetem na diversidade dos relatos contados, é um tema que já estava pressuposto desde os primeiros estudos de narratologia.

Um dado interessante, contudo, está no fato de que, a partir do final da década de 1970, alguns autores, como Paul Ricoeur, passaram a questionar a homologia que era estabelecida, pelos autores anteriores, entre a estruturação das línguas naturais e a implicada nas narrativas – se tomados sob a perspectiva de que ambas se estruturariam como um conjunto de unidades que compõem um sistema, com seu conjunto de regras internas e organizadas segundo a regra do valor – sem abandonar a ideia de que toda narrativa depende de uma estruturação.

A crítica que Ricoeur (2010, p. 94) faz ao modelo semiótico de discurso diz respeito a uma oposição à ideia de que uma ciência do texto pode ser estabelecida apenas com base tão somente na abstração do conjunto de normas que regem a tessitura textual, sem considerar que todo relato pode ser definido como a mediação entre um momento de prefiguração do texto – que está inscrito no campo prático-cultural – e um momento de refiguração do relato – posto nos protocolos, também culturais, de recepção do leitor. É o conjunto desses três processos – a prefiguração virtual no campo prático, o relato como resultado da atualização dos elementos virtuais em um texto específico e a refiguração no leitor como desembocadura no processo –

que Ricoeur irá chamar de círculo mimético da narrativa.

Se a atividade mimética pode ser entendida como o agenciamento dos fatos em um sistema, não se trata, no entanto, de uma atividade que pode ser apreendida em um só golpe. Embora a mimesis-criação (que o autor chama de *mimesis II*) seja entendida como o núcleo do conceito (uma vez que é ela que possui a função do corte que institui o mundo da composição poética, a literariedade da obra literária, o texto obtido em si), o autor considera que é necessário preservar, na própria significação do termo, um antes da composição (a *mimesis I*) e uma desembocadura no público (a *mimesis III*).

É justamente no momento de prefiguração do relato (*mimesis I*) que Ricoeur insere os elementos práticos ligados a uma cultura profissional e a uma *expertise* técnica estruturada de diferentes maneiras em diferentes grupos ou culturas. Isso tem como efeito a construção de um modelo de estruturação da narrativa que pressupõe a mudança das formas de narração em seu funcionamento, uma vez que é a própria cultura (entendida na qualidade de prefiguradora do texto) que organiza os elementos que constituirão as virtualidades da narrativa.

As novas práticas, portanto, tais como o uso das redes sociais como fonte na composição da notícia, transbordarão para a escrita como um elemento padrão de narração, conforme discutiremos no próximo tópico.

E, para isso, é necessário levar em consideração que, à medida que os discursos e as práticas correntes constituem-se como as matrizes de criação estética e as condições de sua inteligibilidade (CHARTIER, 2010), esses próprios mecanismos metanarrativos do texto sofrem alterações ao longo do tempo, instituindo padrões e protocolos distintos de narração historicamente marcados e a emergência de novos padrões de escrita – como é o caso do uso das redes sociais na composição das reportagens jornalísticas enquanto fontes autorizadas.

### **As implicações do lugar social e das práticas de apuração no processo de escrita**

Uma vez postos os mecanismos que envolvem a legitimação das redes sociais como fontes legitimadas de apuração, é necessário discutir os modos como isso se articula à narrativa jornalística.

O entrecruzamento entre Ricoeur e Certeau é interessante na medida em que demarca que a escrita (e, conseqüentemente, as formas de narração) é apenas uma das fases envolvidas nas produções simbólicas e, como tal, está sujeita não apenas às problemáticas implicadas nos mecanismos internos à linguagem, mas também pressupõe que a escrita deve conformar-se a uma série de constrangimentos implicados no lugar social ocupado pela atividade que a sustenta (entendido como os padrões de julgamentos e valores do grupo profissional mais amplo), bem como nos procedimentos práticos de ação envolvidos no trabalho jornalístico (métodos de



trabalho e de apuração validados pelo grupo) – mecanismo este que não pode ser ignorado quando pensamos na inserção das redes sociais como fontes na composição das notícias.

Ao comparar a narrativa à arquitetura, Ricoeur (2002, p. 11) traça um paralelo entre a ação da escrita e o ato de construir, na medida em que ambos pressupõem uma ação configuradora: “a arquitetura seria para o espaço o que o relato é para o tempo”, na medida em que a primeira pressupõe uma ação que edifica no espaço, enquanto o ato de narrar sugere dispor a trama no tempo. O ato de construir e de narrar, portanto, estariam intimamente ligados.

Ora, se a narrativa jornalística está ligada, necessariamente, às *expertises* técnicas de um campo ocupacional que se estruturam enquanto virtualidades que regem a produção textual e que são historicamente marcadas, nos termos sugeridos pela junção entre Certeau e Ricoeur, no momento da atualização em texto, podemos dizer que os tijolos que compõem essa montagem que constroem as histórias são delineados pelo conceito de código narrativo, tal como pensado por Barthes (1992).

O primeiro pressuposto do seu conceito de código narrativo diz respeito ao fato de que a narrativa não se estrutura como um sistema único, mas sim, a partir de uma proposição de significantes (formas narrativas) plurais que se interpõem para formar um todo. Embora todo texto seja sempre sujeito a uma forma, essa forma não é unitária e nem arquitetada: mais correto seria dizer que ele é formado por um conjunto de formas, por uma miríade de estruturas não necessariamente interconectadas ou postas em sistema, mas que se assemelham mais a vozes que tecem o texto compondo-o.

Outra questão importante trazida por esse conceito de código narrativo diz respeito ao fato de que, além disso, os códigos narrativos também remetem às formas narrativas vigentes em um tempo histórico: eles estão relacionados ao estabelecimento de uma partilha entre o que é considerado apropriado ou não nos modos narrativos de acordo com as concepções poéticas e de estilo em vigor em cada período histórico – determinando, assim, o julgamento que separa as boas das más histórias.

Em resumo, o código narrativo pode ser entendido como as formas significantes que compõem a narrativa a partir de estruturas que se sobrepõem para formar um todo, materializando as pré-compreensões poéticas e de estilo consideradas válidas por um grupo social mais amplo em uma época histórica determinada.

Os códigos padrões de narração, sob essa perspectiva, dizem respeito não apenas à montagem dos elementos necessários para se contar uma história em cada período, inaugurando diferentes regimes históricos da forma da reportagem, mas também estão relacionados aos modos e estratégias a partir dos quais os jornalistas semantizam um acontecimento e constroem o efeito de realidade a partir de diferentes mecanismos discursivos. A realidade, construída por meio dos códigos socialmente reconhecidos, é um efeito do discurso e, mais do que isso, está

ancorada em regras sociais de representação.

Em suma, o código narrativo diz respeito ao movimento de tessitura das vozes dentro de um texto, cada uma com suas funções específicas, que formam uma rede de significação e que remetem a um inventário das formas narrativas socialmente compartilhadas que atravessa cada novo texto e que forma uma escritura. De acordo com a própria definição do autor:

O código é uma perspectiva de citações, uma miragem de estruturas (...), a etapa de uma digressão virtual em direção ao restante de um catálogo (o *Rapto* remete a todos os raptos já escritos): são estilhaços deste algo que sempre foi *já* lido, visto, feito, vivido: o código é o sulco deste *já*. (...) Ou ainda: cada código é uma das forças que se podem apoderar do texto (cuja rede é o texto), uma das Vozes que compõem a malha do texto (BARTHES, 1992, p. 54).

As ligações entre o círculo mimético e o tripé ceriteuniano, bem como a relação entre os pressupostos teóricos de Certeau, Barthes e Ricoeur para a estruturação da narrativa, sob esta perspectiva, tomam a seguinte forma:

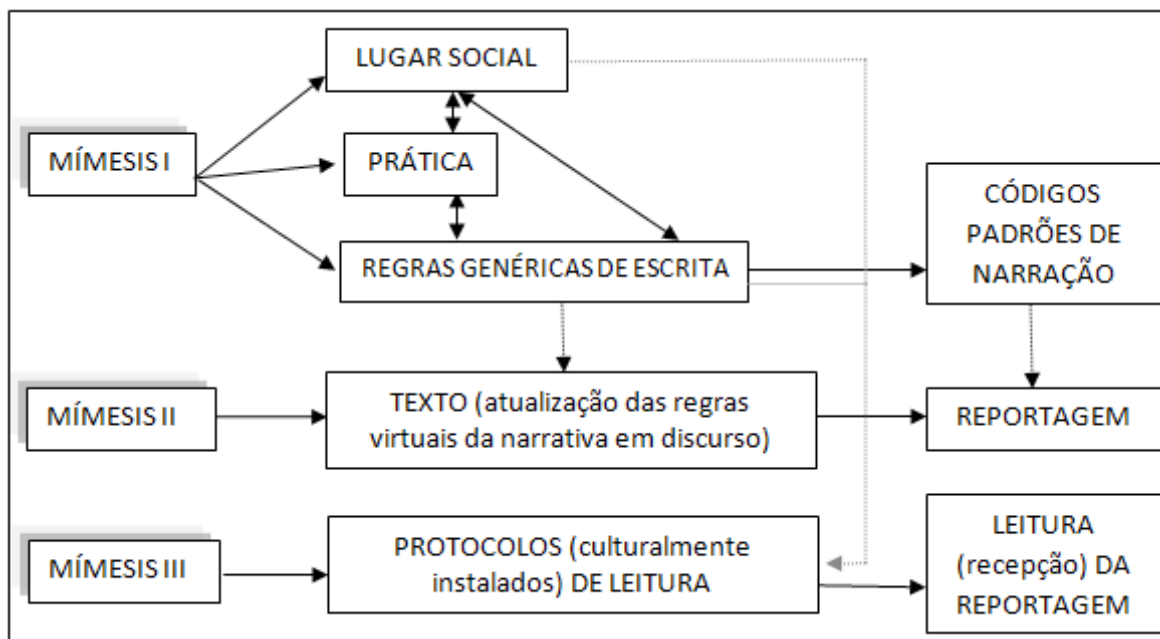


Figura 1: Modelo de Estruturação Narrativa

Entender a narrativa sob essa perspectiva implica em reconhecê-la como a montagem de um conjunto de códigos que se interpõem. No que concerne às narrativas jornalísticas, são inúmeros os códigos narrativos utilizados, tais como a voz das testemunhas, o uso dos dados numéricos, as analogias históricas, a voz dos especialistas – todos eles historicamente marcados na narrativa, uma vez que mudam de tempos em tempos as condicionantes narrativas que estão disponíveis aos jornalistas para contar as suas histórias.

Em conjunto, os códigos narrativos de uma determinada época histórica fornecem, aos jornalistas, as condicionantes que regulam e delimitam o seu campo de atuação (RESENDE, 2005), delimitando quais são os elementos que irão ser utilizados na montagem de suas histórias.

Após o processo de legitimação das redes sociais enquanto fontes validadas para a composição das notícias, é a partir desse mecanismo que podemos entrever o modo como essas fontes transbordam para a narrativa jornalística – em um processo que não é gradual e nem livre de conflitos – transformando-se em códigos padrões de narração que articulam efeitos de real e acreditam o relato.

A partir do momento em que as fontes provenientes das redes sociais se engendram como códigos padrões de narração, é como se este novo elemento narrativo estivesse finalmente disponível aos jornalistas para a montagem de suas histórias – elas entram no campo dos possíveis narrativos balizados pelo grupo profissional mais amplo em seus acordos historicamente marcados.

Ora, a partir destes conceitos, é possível entrever um mecanismo a partir do qual as fontes provenientes das redes sociais adquirem uma progressiva legitimidade enquanto fonte de informação autorizada e, no mesmo golpe, se consolida enquanto um código de narração disponibilizado aos jornalistas para a composição das reportagens.

### **As redes sociais como fontes autorizadas para a composição das notícias**

Como afirmam muitos autores – e, entre eles, talvez um dos mais enfáticos acerca dessa questão seja Hayden White (2008, p. 11) – as narrativas referenciais não são mais do que “estruturas verbais na forma de um discurso narrativo em prosa”, o que implica assumir – além de certo caráter fictício que permeia todas as suas reconstruções de mundo – a sua sujeição a modelos de narração específicos que dependem, em última análise, da natureza das preconcepções poéticas e de estilo.

Embora a reportagem jornalística se apresente ao leitor como um mero relato universal e genérico de um mundo exterior, ela não é senão o efeito de uma técnica bastante específica de narração, um modo de mobilização de um conjunto de pressupostos que não tem uma origem específica no corpo de um autor, mas sim, nos pressupostos compartilhados por um grupo profissional acerca do que significa contar uma boa história (ou uma história propriamente jornalística).

É esse gesto de separação do discurso não especializado, aliás, que credencia o jornalismo a dizer algo em nome de uma suposta realidade. É justamente por estar credenciado por seus critérios próprios de verificabilidade e seus procedimentos técnicos de apuração e de escrita que o jornalismo é autorizado (imaginariamente) a falar em nome de um real.

Na qualidade de um acordo que se desdobra sobre si mesmo e está sujeito a constantes

renegociações, trata-se de uma construção linguageira em constante movimentação, de forma que os próprios termos que definem uma reportagem (o seu conjunto de códigos padrões de narração articulados disponíveis) mudam de tempos em tempos.

Em sua história, o jornalismo já conheceu diferentes articulações desses sistemas de códigos que estruturam as narrativas referenciais, semantizam o acontecimento, asseguram-lhe um determinado arranjo do sensível e lhe garantem um efeito de veracidade e o progressivo processo de legitimação das redes sociais como fontes autorizadas para a composição das reportagens pode ser visto como um exemplo destes delineamentos históricos mais amplos.

A inserção das redes sociais como fontes para as notícias explicita esse mecanismo que mostra como diferentes padrões narrativos aparecem de tempos em tempos na atividade jornalística, a partir dos acordos provisórios que os jornalistas estabelecem entre si em torno do *savoir faire* da atividade.

Em um texto para o Observatório da Imprensa, o jornalista Lúcio Flávio Pinto trata dessa questão em termos bem práticos. Para ele, “a cabeça de um jornalista, como de outros profissionais que lidam com a dinâmica dos acontecimentos, funciona em duplo movimento. Enquanto capta informações precisa ordená-las, selecionando o que merece destaque e organizando o futuro texto que ainda irá escrever”. E assim, “um bom repórter chega à redação com sua matéria já concebida. Ao começar a redigir, seus desafios são abrir bem o texto, com dois ou três parágrafos fortes, que atraiam e mantenham a atenção do leitor, e um final que deixe um gosto de quero mais, de disposição do leitor para o que virá no dia seguinte, na suíte da matéria inaugural” (PINTO, 20/11/2012).

O campo das possibilidades de escrita, portanto, já está dado pelo conjunto de códigos de narração que se tornam padrões em determinados períodos – mesmo que seja um campo de escrita movediço e em constante mudança.

A inserção das redes sociais como fontes autorizadas para composição das notícias deve ser posta, portanto, em um contexto a partir do qual um determinado procedimento de trabalho ganha uma legitimidade dotada pelo grupo profissional mais amplo e, por conseguinte, transborda para a narrativa jornalística sob a forma de um código padrão de narração.

As mudanças formais na narrativa jornalística nem sempre obedecem a regras sancionadas institucionalmente, estando ligadas, muitas vezes, a sistemas de escrita tão amplamente utilizados que se tornaram padrões, mesmo que não reconhecidos oficialmente por qualquer organização ou expostas em algum livro escrito. O uso das redes sociais como fontes está implicado neste mecanismo, a partir do qual as estratégias discursivas utilizadas por jornalistas obedecem, em seus contornos gerais, a determinados modos padrões de narração que instauram códigos de reconhecimento socialmente compartilhados.

Uma vez que o jornalismo não pode nunca ser separado da construção de uma escrita – entendida, aqui, como uma organização de significantes em torno de um evento que conduz da prática ao texto (CERTEAU, 2008) – os artefatos jornalísticos estão mesmo sujeitos a certo número de postulados epistemológicos que dizem respeito à “necessidade de uma semantização referencial, que lhe vem da cultura”, à “transcritibilidade das linguagens já codificadas, das quais se faz o intérprete” e à “possibilidade de construir uma metalinguagem” através de uma ordem de citações que garanta a essa narrativa um valor de verdade, garantindo a sua credibilidade referencial.

Atualmente, é possível perceber que as fontes provenientes das redes sociais passaram por esse processo de legitimação e, assim como os outros códigos de narração do jornalismo, passaram a cumprir o papel de uma citação autorizante nas narrativas jornalísticas, atuando no reforço de seus efeitos referenciais.

E, nesse sentido, a configuração estética posta em operação pela narrativa jornalística (em seu conjunto de códigos padrões de narração) não é senão também uma determinada configuração política de mundo – no sentido já posto por Rancière de uma operacionalização do sensível. “Estética e a política são maneiras de organizar o sensível: de dar a entender, de dar a ver, de construir a visibilidade e a inteligibilidade dos acontecimentos”, de forma que “na imaginação das comunidades há sempre esse jogo, essa oscilação entre a representação jurídica e uma representação estética” (RANCIÈRE, 2009, p. 20).

Se narrar tudo e de todas as maneiras é, por princípio, uma impossibilidade da própria linguagem, os códigos padronizados de narração desenharam esse campo do que é possível narrar, do que se pode dizer e do que está fora do enquadramento do visível para um determinado grupo profissional, marcando a partilha entre aquilo que se constitui como um elemento de apuração a ser buscado (porque obrigatório segundo as regras tácitas do jogo profissional) e aquilo que pode ser ignorado ou tomado como mero enfeite. O processo gradual de legitimação das redes sociais como fontes da notícia e seu transbordamento para a escrita técnica jornalística, portanto, não é senão, desde sempre, um ato político.

## Referências

BARTHES, R. *S/Z*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992.

CERTEAU, M. *A Escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.  
\_\_\_\_\_. *História e Psicanálise: entre ciência e ficção*. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

CHARTIER, R. *A história ou a leitura do tempo*. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

GOMES, M. R. *Jornalismo e Ciências da Linguagem*. São Paulo: Hacker, 2000.

LAGE, N. **A Reportagem: teoria e técnica de entrevista e pesquisa jornalística**. Rio de Janeiro: Record, 2008.

PINTO, L. F. “Por onde ele anda”. **Observatório da Imprensa**, v. 01, n. 721, de 20/11/2012. Disponível em [http://www.observatoriodaimprensa.com.br/news/view/\\_ed721\\_por\\_onde\\_ele\\_anda](http://www.observatoriodaimprensa.com.br/news/view/_ed721_por_onde_ele_anda). Acesso em 21/11/2012.

RANCIÈRE, J. **Políticas da Escrita**. Rio de Janeiro: Editora 34, 1995.

\_\_\_\_\_. Partilha do Sensível. **Revista Cult**, ano 12, n. 139, Setembro de 2009, p. 18-24.

RECUERO, R. Redes sociais na Internet, difusão de informação e jornalismo: elementos para discussão. In: SOSTER, D.A.; SILVA, F.F. (Orgs.). **Metamorfoses jornalísticas 2: a reconfiguração da forma**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2009, p. 37-55.

RESENDE, F. O jornalismo e a enunciação: perspectivas para um narrador-jornalista. **Livro da XIV Compós**. Rio de Janeiro, 2005.

RICOEUR, P. Arquitectura y narratividad. **Arquitectonics**. Barcelona: Ediciones UPC, 2002.

\_\_\_\_\_. **A Memória, a História, o Esquecimento**. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

\_\_\_\_\_. **Tempo e Narrativa**. São Paulo: Martins Fontes, v. 1, 2010.

VIEIRA, J. F. e CERVI, E. U. O Twitter como pauta no jornalismo político do Paraná. **Anais do XI Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sul**, Novo Hamburgo, 2010.

WHITE, H. **Meta-História: a imaginação histórica do século XIX**. São Paulo: Edusp, 2008.